

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.925 - SP (2019/0129624-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : E N DA S  
**ADVOGADOS** : NORBERTO AGOSTINHO - SP017356  
EDUARDO HENRIQUE AGOSTINHO - SP167073  
**RECORRIDO** : J A C DE S R  
**ADVOGADO** : CLAUDIA MARIA FERREIRA DA SILVA VAZ - SP125937  
**INTERES.** : E M DA S  
**INTERES.** : E J DA S  
**ADVOGADOS** : NORBERTO AGOSTINHO E OUTRO(S) - SP017356  
EDUARDO HENRIQUE AGOSTINHO - SP167073

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por E. N. DA S., fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 18, e-STJ):

Agravo de Instrumento. Investigação de Paternidade 'Post Mortem' cumulada com Petição de Herança. Litisconsórcio passivo necessário. Manutenção da viúva-meeira no polo passivo da ação, por ter figurado em partilha de bens cuja regularidade, inclusive em relação à meação, está sendo questionada pela agravante. Possibilidade de produção de efeitos diretos em relação a todos que participaram da relação jurídica subjetivamente complexa atacada. Aplicação do art. 114 do Código de Processo Civil. Agravo provido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (fls. 39-48, e-STJ), a parte recorrente alegou que a sua manutenção no polo passivo da ação viola o art. 114 do CPC, pois, independentemente da alegação de irregularidade da partilha, caso reconhecida a paternidade, a partilha efetuada sem a presença da nova herdeira será declarada ineficaz. Sustenta que o acórdão viola os arts. 1.824, 1.829 e 1.832 do Código Civil tendo em vista que a recorrente foi casada sob o regime de comunhão universal de bens, razão pela qual sua qualidade de meeira a impede de figurar na partilha como herdeira. Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial no qual os julgados paradigmas entendem pela ilegitimidade passiva da viúva meeira em ação investigatória, ante a ausência de repercussão patrimonial sobre a meação.

Apresentadas contrarrazões (fls. 105-113, e-STJ) e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 139-140, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 164-166, e-STJ, deixou se manifestar sobre o recurso.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação merece prosperar.

**1.** No caso, a viúva do investigado, não figura como herdeira, mas como meeira,

já que o casamento ocorreu sob o regime da comunhão universal de bens.

Por conseguinte, a ação de investigação de paternidade *post mortem* deve prosseguir apenas em face dos herdeiros do *de cujus*.

Eis os seguintes julgados a respeito do tema:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. INTERESSE MORAL. JUSTO INTERESSE DA VIÚVA, NÃO HERDEIRA, DO SUPOSTO PAI, PARA CONTESTAR. ART. 365 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E 1.615 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

**1. A ação de investigação de paternidade *post mortem*, em regra, é ajuizada em face dos herdeiros do suposto pai falecido.**

**2. Hipótese em que a viúva do suposto pai não ostenta a condição de herdeira, não sendo litisconsorte passiva necessária.** Assiste-lhe, todavia, o direito de contestar a ação, uma vez que tem justo interesse moral, albergado pelo art. 365 do Código Civil de 1916 e 1.615 do Código Civil de 2002, recebendo o processo no estado em que se encontrava quando requereu a intervenção.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1466423/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA VIÚVA. MEAÇÃO INVARIÁVEL. AÇÃO UNIVERSAL. INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO FÁTICA DOS BENS. **1. A viúva-meeira não detém legitimidade para integrar o pólo passivo de ação de petição de herança, visto que o exercício do direito reconhecido em investigatória de paternidade poderá alcançar tão-somente o quinhão destinado aos herdeiros, permanecendo invariável a fração ideal da meeira.** 2. Por ser uma ação universal, a ação de petição de herança visa ao reconhecimento do direito sucessório e o recebimento de quota-parte pelo herdeiro, e não o recebimento de bens singularmente considerados, motivo pelo qual não haverá alteração na situação fática dos bens, que permanecerão em condomínio pro indiviso. 3. Recurso especial provido.

(REsp 1500756/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016) [grifou-se]

CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUCESSÃO LEGÍTIMA. ART. 1.829, I, CC/02. CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE COM OS DESCENDENTES. CASAMENTO NO REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. EXCLUSÃO DO CÔNJUGE DA CONDIÇÃO DE HERDEIRO CONCORRENTE. ATO DO JUIZ DETERMINANDO A JUNTADA AOS AUTOS DA HABILITAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DESCENDENTES. NATUREZA. DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. FUNDAMENTAÇÃO. DESNECESSIDADE.

- A nova ordem de sucessão legítima estabelecida no CC/02 incluiu o cônjuge na condição de herdeiro necessário e, conforme o regime matrimonial de bens, concorrente com os descendentes.

- Quando casado no regime da comunhão universal de bens, considerando que metade do patrimônio já pertence ao cônjuge sobrevivente (meação), este não terá o direito de herança, posto que a exceção do art. 1.829, I, o exclui da condição de herdeiro concorrente com os descendentes.

- O ato do juiz que determina a juntada aos autos da habilitação e representação dos herdeiros descendentes tem natureza de despacho de mero expediente, dispensando fundamentação, visto que não se qualificam, em regra, como atos de conteúdo decisório. Precedentes.

Recurso ordinário em mandado de segurança a que se nega provimento.

(RMS 22.684/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2007, DJ 28/05/2007, p. 319) [grifou-se]

2. Do exposto, dou provimento ao recurso especial, para excluir a recorrente do polo passivo da ação, devendo os autos retornar à origem para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator